

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FORTALEZA
SOBRE O TEMA MEIO AMBIENTE**

Aos vinte e um dias de julho de dois mil e seis, às dezesseis horas na Câmara Municipal, situado à Rua Thompson Bulcão, 830, no Bairro Luciano Cavalcante, em Fortaleza – Ceará, o Vereador João da Cruz, representando a Câmara Municipal, declarou aberta a audiência pública do Plano Diretor Participativo cujo tema tratou do Meio Ambiente. Em seguida fez a composição da mesa com o Secretário de Planejamento e Orçamento, José Meneleu Neto, a Secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano, Daniele Valente, o Representante do Fórum da Agenda 21, João Saraiva e o representante do Núcleo Gestor, Carlão. Os componentes da mesa falaram da importância do Plano Diretor Participativo e ressaltaram a discussão do tema em uma Audiência Temática. Passou-se para a apresentação técnica. O Técnico da SEMAM, Rômulo, falou do papel da SEMAM no contexto das Condições climáticas da cidade, da Geologia e Geomorfologia, Recursos Hídricos, Cobertura vegetal, Condições de preservação da cobertura vegetal, Parques urbanos e áreas verdes, Unidades de conservação e Danos Ambientais em função da expansão urbana. Rômulo informou que, segundo o inventário ambiental, o Percentual de Vegetação Florestal Nativa em 1968 era de 65,79%, em 1990 era de 16,64% e em 2002 baixou para 7,06%. Explicou que a urbanização acelerada e o reflexo das políticas desenvolvimentistas desencadearam uma série de impactos ao meio ambiente na cidade de Fortaleza, e que exacerbam-se os problemas de degradação ambiental, enchentes, favelização e assentamentos em áreas inundáveis, de risco e carentes em saneamento; as condições de balneabilidade das praias vêm sendo comprometidas cada vez mais pelas descargas de esgotos "in natura"; trechos de margens de rios e lagoas, faixa de praia, mangues etc. – encontram-se ocupados. Rômulo destacou que os resquícios de preservação da vegetação nas margens dos cursos d'água vêm sofrendo progressivas alterações que contribuem para o assoreamento e estrangulamento da rede hídrica de Fortaleza, e que trata-se de processo que comprometem sobremaneira a drenagem das bacias, provocando inundações que, ocorrem principalmente, nas bacias do rio Cocó e do Maranguapinho/Ceará nos meses do período chuvoso. Quanto aos impactos nas bacias hidrográficas, o Inventário Ambiental (2003) indicou os seguintes fatores: Forte incidência de lançamento de esgotos sem tratamento e efluentes industriais, com presença de atividade orgânica muito elevada, originada pelo excesso de nutrientes provenientes; e acúmulo de lixo nas margens, ora flutuando ora em suspensão dos rios e lagoas, degradando quimicamente a qualidade da água. Rômulo, Técnico da SEMAM, destacou as principais atividades daquele órgão no Projeto Lagoa como Monitoramento da qualidade da água, Convênio (SEMAM x CEFET); Diagnóstico de uso e ocupação do entorno; Limpeza do Espelho D'água; Licenciamento da Dragagem/Limpeza das lagoas; Implantação do anel sanitário no entorno das lagoas (Convênio ASFOR x SEMAM x SEINF x CAGECE); Urbanização do entorno das lagoas (Banco de Projetos); Peixamento (Convênio SEMAM x DNOCS); Projeto de Agricultura Urbana (SEMAM x SDE); Esportes Náuticos - Utilização com lazer. Na área de Saneamento: Diagnóstico das estações de esgoto dos conjuntos habitacionais construído pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF; Projeto de recuperação dos sistemas isolados; Operacionalização do convênio SEMAM x CAGECE para identificação dos imóveis não interligados à rede pública de esgoto; Monitoramento dos efluentes das estações de tratamento; Identificação das ligações clandestinas à rede de drenagem (SEMAM x FCPC). Falou do MONITORAMENTO DAS ANTENAS, relacionado com o Controle das emissões de radiações não ionizantes, através de Convênio (SEMAM x CEFET). Rômulo informou que na área de Resíduos Sólidos a SEMAM fiscaliza os

Plano de gerenciamento dos resíduos da construção civil (SEMAM x ARFOR x EMLURB); a implantação das unidades de coletas de resíduos de pequenos geradores; e faz análise dos planos de gerenciamento resíduos sólidos e sépticos. Quanto ao controle do uso e ocupação do solo, cabe à SEMAM a aplicação da legislação e emissão de alvarás de construção; análise e aprovação dos loteamentos e parcelamentos do solo; licenciamento ambiental de todas as atividades e empreendimentos potencialmente poluidores de impacto local. No que diz respeito às Unidades de Conservação, a SEMAM participou da Criação do Parque Municipal das Dunas de Sabiaguaba (Unidade de Conservação de Proteção Integral); Criação da Área de Proteção Ambiental de Sabiaguaba (Unidade de Conservação de Uso de Sustentável); e realiza estudos para criação da U.C. das áreas de vegetação de cerrado no bairro Água Fria (Parceria com Empresas Brasileira de Correios e Telégrafos). Em seguida, Genario Azevedo, da SEPLA falou sobre as questões ambientais da cidade e sua relação com o Plano Diretor. Logo após iniciou-se o debate com a participação de Genario Azevedo, SEPLA, Rômulo, Ilka Braide e Daniela Valente, representando a SEMAM. A audiência resultou num conjunto de propostas. As propostas apresentadas por escrito foram em número total de quarenta e oito e se enquadravam em quatro categorias, transcritas nesta ata conforme apresentada nesta audiência:

Categoria 1 - princípios gerais: 1) educação ambiental através de oficinas e encontros com os órgãos responsáveis pelo meio ambiente. 2) sensibilizar e capacitar os agentes públicos independentemente da esfera que atua como também a sociedade civil organizada. 3) implantação de um programa de coleta seletiva de resíduos em Fortaleza. 4) os limites administrativos e políticos de Fortaleza não refletem os limites ambientais. Precisa-se fazê-los com estrim rapidez considerando o planejamento da região metropolitana já que a ausência de uma visão regional pode sacrificar o sucesso do plano diretor 5) interdisciplinaridade entre projetos de educação ambiental e a atuação dos professores em sala de aula. 6) incluir no plano diretor que a prefeitura passa a ser obrigada a investir em mobilização do cidadão para o resgate do espaço público de forma continuada. 7) criar uma lei para barrar a execução de obras faraônicas nas áreas de preservação ambiental ex.: Ponte da Sabiaguaba sugestão: ponte para ciclistas e pedestres. 8) articular concessionárias, agencias e empresas para tomarem parte no processo atual da revisão do PDDU – FOR (serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia, coleta e destino final de resíduos sólidos, etc) 9) criação de projetos de leis em defesa do meio ambiente e de sua capacidade de desenvolver a geração de emprego e renda. 10) o plano diretor deve conter também as punições aos agressores do meio ambiente e as autoridades que tendo recebido as denúncias não tomarem as medidas cabíveis no respeito as leis pertinentes. 11) revisão dos convênios de saneamento. 12) fiscalização nas ações de ocupação permanentes do município por parte de investimentos particulares e ações de movimentos populares e políticos.

Categoria 2 - diretrizes para o macrozoneamento: 1) o plano diretor deve determinar as áreas de preservação em sentido geral e as áreas de preservação permanente do município, ênfase especial deve ser dada pelo plano diretor ao fortalecimento e efetividade da lei 7893/96 que delimita as áreas de preservação e restringe seu uso 2) que o PDDU determine a elaboração de um Zoneamento Econômico ecológico com prazo determinado para sua efetivação uma vez que o ZEE é um importante instrumento de gestão ambiental e de planejamento urbano 3) criar uma lei que possa disciplinar a construção assim como a teta de tamanho dos condomínios no bairro de Fátima 4) aumento da área ideal de ocupação por partes dos investimentos em conjuntos habitacionais no entorno dos recursos hídricos. 5) transformar o quartel do 23º BC em um parque público e transformação da 10ª Região Militar em área pública cultural. 6) consolidar um sistema de vias paisagísticas garantindo a preservação dos recursos hídricos e a consolidação de um sistemas de parques públicos lineares entre as voas e os recursos. 7) reordenar a divisão de bairros de Fortaleza, criando, fundindo e extinguindo alguns. 8) implantação do corredor ecológico do Rio

Maranguapinho. 9) aumentar as taxas de permeabilidade nas áreas de dunas ex: evitar asfalto nas ruas, vilas e favelas. 10) garantir efetivamente a configuração de um sistema de espaços livres, composto por áreas construídas (praças, passeios, calçadas) principalmente construídos e não edificados (parques e áreas de preservação) de forma a possibilitar a integração espacial, garantindo o fluxo de pessoas, espécies, e matéria com qualidade ambiental. Fortalecer tal sistema através de sua clara delimitação e usos compatíveis em sua extensão ou pontuados. 11) criação da APA da Precabura 12) criar zonas de amortecimentos ou zona limítrofes aos recursos naturais com índices diferenciados (gabaritos menores, como maiores) criando dessa forma um adensamento gradativo na medida em que se afasta dos recursos.

Categoria 3 - sugestão de implantação de instrumentos: 1) 1) ampliação do parque do Cocó – Adail barreto da BR 116 (comunidade boa vista) até o 4º anel viário de Fortaleza. 2) criar uma lei que obrigue todos os invasores das áreas de preservação ambiental a promover a sua recuperação bem como sua sanção monetária 3) revitalização de mananciais d'água como instrumento de desenvolvimento e defesa de suas terras ribeirinhas, criando a ZEIS para as nossa lagoas e mananciais d'água de Fortaleza.. 4) o plano diretor deve prever um mecanismo de participação popular no controle da implementação do plano diretor de um modo geral e especialmente no que tange aos problemas ambientais 5) zona de ZEIS protegendo a área da Barra do Ceará ao Rio Ceará para permitir o turismo ecológico na região. Preservando suas áreas verdes e lagos. 6) ZEIS de Dunas na Barra do Ceará.

Categoria 4 - ações estratégicas: 1) cinturão verde na cidade de Fortaleza para fins de agricultura urbana 2) retirada dos moradores que moram dentro das áreas de preservação realocando-os em locais dignos 3) reflorestamento com autorização das margens do Parque do Cocó 4) Política de preservação e manutenção de parques em especial o parque Parreão no bairro de Fátima que está totalmente degradado. 5) margem do rio Siqueira/Maranguapinho recuperação das margens resgate da preservação do Maranguapinho. 6) plano de adoção dos lagos e lagoas pela iniciativa privada com monitoramento do poder público, replantio em praças e parques para a recuperação dos espaços de convivência. 7) criação de parques urbanos nas SER I e III ao longo do riacho açude João Lopes e riacho Cachoeirinha. 8) designar órgão responsável pela centralização e coordenação de todas as ações, a criação de fiscalização e manutenção de praças, bosques e parques da cidade inclusive ações de educação e mobilização da sociedade 9) implantar uma legislação ambiental no sentido de impedir a circulação de embarcações motorizadas nos recursos hídricos. 10) identificação de áreas públicas ocupadas e estudar os casos de real necessidade de moradia (regularizando-os) e os casos de especulação imobiliária (desocupando essas áreas) 11) plano de revitalização e urbanização das lagoas do município em especial a lagoa do Urubu que percorre os seguintes bairros São Gerardo e Álvaro Weyne 12) criação de uma rotina de manutenção através da limpeza ao menos seis meses antes do início do inverno para rios que corta, passa por Fortaleza, lagoas, bocas de lobo e esgotos a fim de evitar alagamentos. 13) melhoramento para as praças e bosques atenção especial para o bosque Eudoro Correia: melhoras no piso, higiene e um favorecimento principalmente da melhor idade maior usuária do bosque. 14) preservação do lago da cidade das crianças. Trazer de volta o zoológico e o parque de diversões. 15) preservação do rio Ceará com a criação de espaços para educação ambiental. 16) preservação e conservação do cocó com uma via paisagística nas margens do rio. 17) criação de parques urbanos 18) desocupação das margens de rios, lagoas e manguezais. Nada mais tendo a relatar eu, Antonia Cleide da Silva Madeiro, auxiliar técnica da Secretaria de Orçamento e Planejamento de Fortaleza, lavrei a presente ata.